

Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST

Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva

Graduação em geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
campus de Presidente Prudente (UNESP)
e-mail: hellen.riot@gmail.com

Resumo

Neste trabalho apresentamos uma leitura sobre a atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos (MST e MTST) que possuem um histórico de destaque na luta pela terra e moradia nos últimos anos. Baseando-se nos marcos conceituais de movimentos socioterritoriais e território, buscamos avançar na leitura geográfica sobre as recentes ações conjuntas promovidas por estes movimentos no estado de São Paulo. Analisar e comparar estes movimentos e suas formas de atuação nos permite aprofundar na atual conjuntura da luta pela terra e moradia promovida por estes movimentos e em como esta atualidade tem demandado novas formas de luta e resistência para a conquista do território.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais; campo-cidade; território; MST; MTST.

Analysis of the actions of peasant and urban socio-territorial movements in the state of São Paulo: MST and MTST

Abstract

In this work we present a reading about the current actions of the socio - territorial peasant and urban movements (MST and MTST) that have a history of prominence in the struggle for land and housing in recent years. Based on the conceptual frameworks of socio-territorial movements and territory, we seek to advance the geographic reading of the recent joint actions promoted by these movements in the state of São Paulo. Analyzing and comparing these movements and their forms of action allows us to delve into the current conjuncture of the struggle for land and housing promoted by these movements and in how this news has demanded new forms of struggle and resistance for the conquest of the territory.

Keywords: Socio-territorial movements; field and city; territory; MST; MTST.

Análisis actual de las acciones socio-territoriales de los campesinos y los movimientos urbanos en Sao Paulo: MST y MTST

Resumen

En este artículo se presenta una lectura en la puntualidad de los anticonceptivos orales de campesinos socio-territoriales y movimientos urbanos (MST) y MTST que tienen un historial destacado en la lucha por la tierra y la vivienda en los últimos años. Con base en el marco conceptual de los movimientos y el territorio socio-territoriales, buscamos avanzar en la lectura geográfica de las recientes acciones conjuntas promovidas por estos movimientos en el estado de Sao Paulo. Analizar y comparar estos movimientos y sus formas de hacer

negocios nos permite profundizar en la situación actual de la lucha por la tierra y la vivienda promovida por estos movimientos y cómo ha requerido esta corriente las nuevas formas de lucha y de resistencia a la conquista del territorio.

Palabras-clave: Movimientos socio-territoriales; campo-ciudad; territorio; MST; MTST.

Introdução

Este trabalho busca contribuir com a compreensão conceitual sobre movimentos socioterritoriais e o seu papel na atualidade da questão agrária e urbana brasileira. Na última década, o campo brasileiro foi marcado por diversas mudanças provenientes da expansão do agronegócio canavieiro e refluxo da reforma agrária. Em decorrência dessas mudanças, os movimentos socioterritoriais do campo se depararam com a necessidade de refazer suas estratégias e ações, criando e recriando novos espaços de luta e resistência. Um exemplo dessas estratégias é a atuação conjunta entre os movimentos socioterritoriais camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, e os movimentos socioterritoriais urbanos, como o MTST.

Essas ações conjuntas demonstram uma unicidade de interesses de causas sociais e estruturas organizativas de intervenção na sociedade, que buscam, não somente os direitos de acesso à terra e à moradia, mas também de condições da reprodução da vida no campo e na cidade, acesso a bens e serviços, mobilidade urbana, políticas públicas etc. Os movimentos criaram novas formas de atuação e resistência no campo e na cidade, sobretudo nos processos de espacialização e territorialização, que se expressam nas formas e práticas diferenciadas de luta e organização dos territórios. Dessa forma, realizamos uma leitura geográfica dos processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) na luta camponesa, com ênfase na região do Pontal do Paranapanema, e urbana, na cidade de São Paulo, a partir das ações conjuntas destes movimentos.

Para tanto, iniciamos este trabalho construindo uma reflexão teórica sobre o conceito de movimentos sociais, diferenciando as distintas abordagens desde a análise sociológica e geográfica, caminhando assim para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais, da qual tomamos como referência. Posteriormente centramos nossas análises na atuação conjunta dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos, MST e MTST, destacando suas semelhanças e especificidades e como estes se articulam e se organizam do ponto de vista das ações individuais e conjuntas na conquista do território e resistência ao avanço do capital no campo e na cidade, assim como sua relação com Estado na criação de políticas públicas de acesso à terra e moradia.

A multiplicidade do conceito de movimentos sociais

Na última década o desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade tem trazido diversas transformações no modo de produção, na organização do espaço geográfico e nas relações sociais de trabalho, ampliando, assim, a desigualdade social por meio da exclusão, desterritorialização e domínio social da maior parte da população rural e urbana. A expansão do sistema capitalista em escala mundial controla as formas de produção no campo e na cidade, redefinindo as relações de trabalho e apropriação dos espaços e territórios, tendo como base a geração de renda para o capital. Por sua vez o Estado tem um papel fundamental neste processo, atuando no direcionamento das políticas públicas que estimulam os setores competitivos da economia, interferindo objetivamente na reprodução/organização espacial, como, por exemplo, financiando a agricultura capitalista e o avanço do capital imobiliário na cidade. Neste sentido, o campo e a cidade vão ganhando cada vez mais importância como centros de acumulação e do poder político.

Todavia, contraditoriamente a esta lógica, este processo também permite a organização da classe trabalhadora que se confrontam com a lógica da acumulação capitalista, revelando novos conflitos nas disputas por modelos de desenvolvimento. Neste contexto, diante das transformações sociais, econômicas e culturais causadas pelos processos capitalistas, os trabalhadores rurais e urbanos criam formas de resistência, sendo a principal delas a organização de classe, da qual resultam os movimentos socioterritoriais, transformando-se em sujeitos políticos que protagonizam parcela importante das lutas do campo e da cidade. Estes movimentos têm no acesso à terra, melhores condições de produção, trabalho e moradia, enfim, de reprodução da vida do campo e da cidade, como fonte e condição de sua existência. É através da luta que estes sujeitos organizados transformam e dão novos significados aos espaços e suas relações, constroem e reconstróem novos territórios e territorialidades. A respeito dessa relação entre urbano e rural do ponto de vista das ações de luta, Carlos evidencia sua importância dentro de uma leitura geográfica ao colocar que:

a cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une: este é a meu ver o desafio da análise (CARLOS, 2003, p09).

A autora aponta, ainda, a necessidade de colocar a “reprodução da sociedade” no centro do debate, a qual revelaria os conteúdos das práticas socioespaciais e socioterritoriais na direção da constituição da sociedade urbana e rural. Nesta perspectiva as transformações da sociedade contemporânea do capital levam à mudanças no conteúdo

das relações cidade-campo, expressas, por exemplo nas ações dos movimentos socioterritoriais como o MST, que, conforme Goldfarb (2007), extrapola seu sentido de movimento social rural quando propõe um projeto como, por exemplo, a “comuna da terra”, misturando elementos da cidade e do campo ao enfrentar uma nova dinâmica do capital. É neste sentido que tomamos como ponto de partida de nossas análises neste trabalho as ações dos dois movimentos socioterritoriais mais atuantes no campo e na cidade no estado de São Paulo, sendo eles: o MST e o MTST. No entanto, é importante organizarmos aqui os fundamentos teóricos que nos levam a compreender estes movimentos como socioterritoriais.

Os estudos dedicados as análises dos movimentos sociais sempre trouxeram consigo uma vasta multiplicidade conceitual, das quais nem sempre convergem para a construção de uma teoria única. Sobreiro Filho destaca que a problemática em se trabalhar com esse conceito reside justamente em seu “caráter polissêmico, multiescalar e proteiforme” (SOBREIRO FILHO, 2016, p.82). Ou seja, as múltiplas matrizes teóricas e estruturas epistemológicas, das quais possuem escalas e modelos explicativos diferenciados, as especificidades do tempo histórico e diferentes conjunturas político-econômicas-sociais e também as particularidades dos próprios movimentos sociais resultam em uma diversidade de contribuições e escalas de análise (SOBREIRO FILHO, 2016). O caráter proteiforme do conceito de movimentos sociais, ou seja, sua plasticidade, também se explica pelo constante movimento da sociedade e, por conseguinte, das ações coletivas dos sujeitos frente as diferentes conjunturas.

As obras que se dedicaram a analisar a construção teórica deste conceito apontam para a existência de paradigmas e análises divergentes. Partindo de um estudo epistemológico, Alexander (1998) aponta para uma polarização de paradigmas na análise sobre movimentos sociais, dentre o que chama de “modelo clássico” do qual privilegia as interpretações históricas das revoluções sobretudo no contexto europeu, e a “interpretação norte-americana”, que privilegia a organização e mobilização de recursos por atores sociais.

Outra autora que destaca a multiplicidade teórica sobre o conceito de movimentos sociais é Gohn. Tendo resgatado autores e abordagens, desde as clássicas às contemporâneas, a autora inicialmente define que um movimento social “é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (GOHN, 2014, p.14). Neste sentido, busca destacar que muito embora haja uma pluralidade teórica, estas não são definições meramente abstratas ou interpretativas sem qualquer relação direta com a realidade imediata, o que tornam as ações coletivas ainda mais complexas cabendo a postura teórico-metodológica do pesquisador analisa-la de acordo com as especificidades de cada realidade social.

Um dos autores fundamentais para a compreensão de movimentos sociais é Melucci. Para este autor, os movimentos constituem-se como “sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites” (MELUCCI, 1989, p.52). Dentro desta concepção Melucci trabalha na perspectiva de que o conceito de movimento social é construído pela análise e nem sempre se encaixa com a empiricidade da ação, sendo assim, não é possível atribuir aos movimentos uma interpretação única, como se este se organizasse enquanto estratégia e ação tão somente segundo as concepções teóricas-ideológicas dos quais os buscam entender.

Cada organização possui significados distintos e correspondentes aos diferentes sistemas de ações dos quais se insere e como se insere. Suas estratégias e formas de ação ocorrem de acordo com a complexidade destes sistemas de ações. A compreensão dos sistemas de ação proposta por Melucci fica ainda mais clara ao colocar que as formas de ação coletiva, até mesmo de um único movimento, acontecem de maneiras distintas, conforme o nível e o tipo de relação que possuem com outras instituições, como, por exemplo, com o Estado e instituições privadas, revelando, conforme Sobreiro Filho (2016) um pensamento multiescalar e relacional.

Outra análise sobre o conceito de movimentos sociais é a sociologia da ação de Touraine, da qual integra várias abordagens em uma ampla representação da vida compreendida como “autoprodução conflitiva”. Sendo assim, os movimentos sociais ocupam parcela central neste processo de autoprodução conflitiva, pois são fundamentais, sobretudo, no processo de transformação social (SOBREIRO FILHO, 2016). A concepção de Touraine tem como cerne o *conflito central*. Dessa forma, a ideia de movimento social busca demonstrar a existência, no interior de cada grupo social, de um conflito central. Esse conflito central, inerente a sociedade, é o que leva um sujeito a se prostrar em luta.

Sobreiro Filho, ao se utilizar da obra de Touraine destaca que as concepções conceituais do autor sobre movimentos sociais vão além das aparências, formas e da sua própria unicidade, uma vez que o reconhece como “produto das demais relações que compreendem o incessante processo de formação e situação conjuntural da sociedade, e, sendo assim, os movimentos que compreendem este todo são também produtos e produtores da totalidade social” (SOBREIRO FILHO, p.77, 2016).

Saindo da revisão sociológica e adentrando a qual nos apropriaremos para a nossa análise, na geografia as análises sobre movimentos sociais possuem duas principais conceituações: a de movimento socioterritorial e movimento socioespacial. Estes emergem das reflexões de Martin (1997) e Fernandes (2000; 2005) e posteriormente recebem as contribuições de Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2013). Sobre o uso destes conceitos, Fernandes destaca que estes “possibilitam compreender as ações dos movimentos socioterritoriais e dos socioespaciais, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas

relações sociais, materiais e imateriais” (FERNANDES, 2005, p.31). Neste sentido, a relação sujeito-espaço-território é elemento fundante para compreendermos a conjuntura de ações destes movimentos. Conforme Silva:

O espaço geográfico constituindo uma categoria de análise, não se reproduz isolado do contexto social. O espaço geográfico deve ser visto como a base concreta onde se realizam as relações sociais de produção. A sociedade capitalista e o espaço geográfico por ela produzidos são frutos dos conflitos, ou seja, do antagonismo e das contradições inter-classes que produzem aquele espaço e a estruturam aquela sociedade” (SILVA, 1992, p71).

Diferentemente das construções teóricas da Sociologia, em que não há um conceito único ou comum sobre movimentos sociais, a Geografia com a contribuição de Fernandes (2005), justamente por ter em vista não somente as relações sociais, mas também o espaço e território como essência e trunfo para sua definição, apresenta o movimento socioterritorial como um conceito. Este esforço dentro de uma perspectiva geográfica sobre movimentos sociais, permite que sejam estabelecidos pontos conceituais comuns para a leitura destes movimentos, tal como apresenta Fernandes:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou especializados. Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005, p.31).

A partir dessa perspectiva de análise, Sobreiro Filho apresenta, no que se refere a diferenciação teórica, quatro ponderações para se compreender ambas as proposições conceituais:

1-) as diferenças em relação ao conceito de movimento social da sociologia são, sobretudo, epistemológicas (PEDON, 2009); 2-) ambos os conceitos são construídos tendo o espaço como ponto de partida e, portanto, dimensão fundamental em sua formação; 3-) todo movimento socioterritorial é socioespacial, mas nem todo movimento socioespacial é socioterritorial; 4-) mais que trunfo, o território é essencial para um movimento socioterritorial (SOBREIRO FILHO, 2013, p08).

Com base nesses pressupostos teóricos, os movimentos socioterritoriais são importantes sujeitos de transformação não só das relações sociopolíticas, mas também do espaço (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009; SCHERER-WARREN, 2009; SOBREIRO FILHO, 2013).

Assim, tendo delimitado as principais reflexões e autores, é importante destacar que além da preocupação em se demarcar os principais marcos teóricos devemos direcionar nossas análises de modo que nos possibilite apontar a confluência político-ideológica nos movimentos socioterritoriais como uma expressão geográfica. Destacamos, assim, a importância desta discussão, pois, conforme Sobreiro Filho (2013) também é através da análise político-ideológica que podemos identificar as diferenças existentes entre os movimentos e realizar uma análise que nos aproxime dos reais fatos e elementos dos quais correspondem suas formas de luta e (re)produção no/do território.

Para refletir as ações conjuntas entre movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos, este conjunto de autores e conceitos nos trazem elementos para pensar não somente uma visão social de mundo, mas também uma forma de avaliá-lo, organizá-lo, modificá-lo e propor e produzir formas e relações de acordo com cada vertente político-ideológica. Do ponto de vista geográfico isto significa pensar, propor, produzir etc. espaços e territórios, relações socioespaciais e/ou socioterritoriais diferenciadas de acordo com as múltiplas posturas político ideológicas (SOBREIRO FILHO, 2013, p. 270).

Movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos: ações conjuntas na luta por território e resistência

Ao se organizarem coletivamente na luta por transporte público, mobilidade urbana, moradia e acesso à terra, estes movimentos socioterritoriais buscam através das manifestações e ocupações, sejam elas no campo ou na cidade, romper com os processos de subalternidade e segregação socioespacial. A segregação socioespacial é a expressão das classes sociais, é reflexo real da diferenciação de classes e essa desigualdade é materializada no espaço, seja urbano ou rural. Villaça (2001) complementa que a segregação é um processo em que diferentes camadas sociais tendem a se agrupar em determinados espaços. Por esse viés de análise, o que assinala a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe em uma área, mais do que em qualquer outra região da cidade (VILLAÇA, 2001).

Dialogando entre os dois movimentos socioterritoriais de luta pela terra e moradia aqui analisados enquanto Villaça considera como segregação socioespacial a concentrada estrutura fundiária urbana, nós consideramos, também, a concentrada estrutura fundiária rural como produto da conflitualidade e disputa entre modelos de desenvolvimento. É

através da segregação socioespacial, que o capital controla e produz o espaço urbano e o espaço rural, de acordo com seus interesses (NEGRI, 2008).

Neste sentido de análise das disputas por modelos de desenvolvimento na produção do espaço/território, o debate paradigmático entre Questão Agrária e Capitalismo Agrário refletem distintas maneiras de se interpretar esses processos em disputa. Ambos os paradigmas são modelos interpretativos sobre a questão agrária brasileira, os modos de produção, o campesinato e conseqüentemente sobre as ações coletivas dos sujeitos que compõe estes processos, organizados em movimentos socioterritoriais. De um lado tem-se o PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário, cujo um dos pontos central é a metamorfose do campesinato para agricultor familiar, pois o mesmo seria incompleto dentro do capitalismo; e o PQA – Paradigma da Questão Agrária, que, ao contrário do PCA, reconhece que há uma questão agrária e que, portanto, o problema é estrutural, causado pelo desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p.03).

Essa conflitualidade expressa nas disputas por diferentes modelos de desenvolvimento - de um lado o modelo capitalista, hegemônico e concentrador, de outro o modelo proposto por movimentos socioterritoriais baseado no acesso à terra, moradia, água, mobilidade urbana etc. - tem sua explicação nos conjuntos de contradições e de conflitos presentes no capitalismo, produtores e produzidos pelas políticas de Estado que impulsionam as ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Ao tomar o conceito de conflitualidade como fundante para compreender o conflito presente nas relações entre capital e movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, entendemos que este “é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento” (FERNANDES, 2005, p. 05).

Dessa forma, entendemos que os pressupostos teóricos apresentados são importantes para compreendermos as relações de poder que determinam os territórios em suas diferentes dimensões e rearranjam os espaços na disputa por modelos de produção e desenvolvimento (FERNANDES, 2005). Trazendo as análises para objeto de estudo, nos últimos 15 anos, no que diz respeito a atuação dos movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, têm ocorrido expressivas alterações no que diz respeito as suas formas de atuação e luta. Essa mudança de conjuntura tem como principal vértice de análise as mudanças nas relações desses movimentos com o capital e o Estado.

Neste sentido, destaca-se a importância de analisar as novas realidades produzidas no contexto das questões agrária e urbana, por meio da correlação de forças entre a disputa de diferentes modelos de desenvolvimento e seus desdobramentos na produção do espaço e território, ao mesmo tempo em que esses processos sociais são registrados

especialmente no espaço-morada, no espaço-trabalho, no espaço-lazer, enfim, no espaço de vida (SILVA, 1992). Essas dimensões de uso do espaço configuram-se em multiterritorialidades quando analisamos os espaços de vida como condição para a produção territorial.

Quando pensamos na questão agrária o campo é um expressivo espaço de lutas organizadas e disputas por territórios, reconhecimento identitário, direitos tradicionais, preservação ambiental, acesso à água, resistência, etc. (SOBREIRO FILHO; 2013; FERNANDES; 2000; THOMAZ JUNIOR, 2008). Essa conflitualidade é elemento inerente dos processos de colonização do qual resulta em uma ocupação territorial intensamente expropriadora pelo modo capitalista de produção que tem se apropriado das terras, dos meios de produção, causando problemas estruturais na sociedade, como, por exemplo, a expropriação, a destruição e assalariamento do campesinato, (MARTINS, 1981; FERNANDES, 2008; BERNSTEIN, 2011).

No campo brasileiro, a organização e estruturação de movimentos e entidades agrárias materializam-se não só na disputa pela retomada de valores culturais, mas também reivindicações por terra e trabalho em oposição à histórica concentração da propriedade fundiária. Neste sentido, as ocupações são a principal forma de acesso à terra, configurando-se como uma ação combativa e contestatória da legitimidade da posse da terra pelo capital (FERNANDES, 1999; FELICIANO, 2006).

Ianni (2004, p169) afirma que, no capitalismo, o conflito age como um “modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade”. Conseqüentemente, “é elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e massas” (IANNI, 2004, p 169).

Ocupar o território do latifúndio ou do agronegócio é confrontar-se diretamente com eles, é desafiar todas as dinâmicas que lhe dão suporte, mostrando que o desenvolvimento do capitalismo cria condições para a organização e fortalecimento dos movimentos socioterritoriais a partir de suas fragilidades. Uma dessas fragilidades é a incapacidade do capital de inserir todas as pessoas no processo produtivo, por isso do imenso exército de reserva, saem algumas formas de resistência (SOBREIRO FILHO; SILVA; ORIGUELA, 2014, p03).

Junto destes processos e contraditoriamente à criação e avanço dos mesmos, são geradas novas formas de luta e resistência expressadas em conflitos que atualmente se materializam não somente contra a concepção clássica de latifúndio, mas também ao agronegócio, representado pelas grandes empresas nacionais e multinacionais bem como pelo próprio Estado.

O que estamos assistindo, então, nos últimos meses, no Brasil, em relação às disputas regionalizadas por terras, privilégios, isenções, favores entre grupos empresariais canavieiros e de outros setores do agronegócio, em especial voltados à produção de biodiesel [...] nada mais é do que as novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas, latifundiários, enfim, um amplo arco das classes dominantes, as quais demonstram com todas as letras a amplitude e jogo de interesses de classe que gravitam em torno desse tema (THOMAZ JUNIOR, 2007, p01)

Conforme citado acima, o processo de dominação política e territorial está presente nas relações capitalistas de produção e tem se materializado na estrutura fundiária brasileira. Essa estrutura concentradora permite reproduzir a dominação política e a exclusão social, estruturando relações de poder. Conforme Sauer, “o latifúndio, associado ao modelo agropecuário adotado, tem sido base histórica do poder político no Brasil, como instrumento de poder e dominação que perpetua relações de exploração e expropriação” (SAUER, 2008, p63). Os movimentos de luta pela terra são, também, reflexos das correlações conflituosas de poder no campo. Esses movimentos, frutos do conflito de interesses inerente à qualquer sociedade humana, explicitam uma realidade profundamente desigual (SAUER, 2008).

No Brasil o principal movimento de resistência à essa realidade conflituosa no campo é o MST, que através da luta pela terra têm estabelecido o esforço de manter a reforma agrária em pauta.

A luta pela terra é compreendida por duas manifestações políticas principais: a ocupação da terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso à terra no Brasil e as marchas de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado na realização de políticas públicas, como por exemplo: políticas de créditos, de educação e moradia, que acontecem periodicamente (FERNANDES, 2008, p27).

Nos últimos cinco anos, as manifestações/marchas têm ganhado destaque nas ações dos movimentos socioterritoriais do campo. No estado de São Paulo, segundo o DATALUTA (2014), no ano de 2012, foram registradas 36 ocupações de terras, concomitantemente a esta ação, foram registradas 83 manifestações realizadas por movimentos socioterritoriais do campo na cidade, sejam elas expressadas em marchas, ocupações de prédios representantes do poder público como ITESP e INCRA e/ou privado, como sedes de empresas representantes do capital no setor do agronegócio. No ano de 2013 a tendência se mantém, sendo registradas 41 ocupações de terras e 66 manifestações de movimentos socioterritoriais do campo na cidade.

Neste ponto é importante destacarmos que o aumento das manifestações do campo com relação as ocupações de terra, não deslegitima esta última como ainda sendo a principal forma de acesso à terra pelas famílias camponesas organizadas em movimentos

socioterritoriais. Este cenário, pelo contrário, evidencia uma mudança nas estratégias desses movimentos, acompanhando os diferentes processos de reprodução do capitalismo no campo e na cidade, reconhecendo que os espaços de representação do poder capitalista não se dão somente no campo, nas indústrias de *commodities*, mas também na cidade, buscando assim, somar esforços no avanço da luta pela terra.

Segundo Valentin (2012, p4 5), “as novas formas de ações coletivas dos movimentos de luta pela terra no campo, hoje estão colocadas como resistência ao modelo do capital concentrador, produtor de grande escala, em grandes extensões de terras que retira a “ferramenta” de existência da classe camponesa: a terra”. Estes movimentos passam a ver nas manifestações urbanas, novas formas de elevar suas reivindicações à esfera pública. Conforme Valentin, “no estudo da questão agrária, entendemos que as manifestações camponesas de luta pela terra constituem a sucessão de atos públicos com as quais materializam as reivindicações e proposições camponesas” (VALENTIN, p.46, 2012).

Um exemplo deste tipo de manifestação do campo na cidade, é a recente ocupação da sede da construtora *Odebrecht* em São Paulo. A ação foi construída em conjunto entre dois movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, o MST e MTST e tinha como objetivo “denunciar a atuação da empresa que gera impactos à vida da população do campo e da cidade”, conforme matéria vinculada pelo jornal *Brasil de Fato*. Ocupação da sede da construtora contou com cerca de 1500 pessoas de ambos os movimentos.

No campo brasileiro, a *Odebrecht* atua no ramo do agronegócio e uma das áreas de investimento da empresa é o setor sucroalcooleiro, depois de ter comprado a Usina Alcídia, em Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema (SP), que já operava nesse setor.

Nesse sentido, os Sem Terra denunciam que o modelo agrícola do agronegócio não representa os interesses do povo brasileiro, já que sua matriz produtiva se baseia em enormes quantidades de agrotóxicos, não respeita o meio ambiente e a biodiversidade, expulsa a população do campo às grandes cidades, concentra grandes extensões de terras e produz em sua maioria *commodities* para o mercado externo. (MST e MTST ocupam a sede da *Odebrecht* por reforma agrária e urbana em SP. *Brasil de Fato*, São Paulo, 08 maio 2014)

Ao mesmo tempo em que possui representação no campo através do seguimento de *commodities*, a *Odebrecht* opera na mesma lógica no meio urbano, com grandes empreendimentos imobiliários e de infraestrutura. Temos, portanto, estabelecida uma relação urbano-rural entre uma empresa multinacional que atua em larga escala por meio dos processos de (des)territorialização e (re)territorialização do capital no campo e na cidade. Essa relação engendrada pelo modo capitalista de produção, é contestada

estrategicamente por movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, que buscam nesta ocupação da sede que representa o poder político-ideológico da empresa, evidenciar para a sociedade suas reivindicações e formas de luta na tentativa de romper com este modelo de subalternidade.

Em entrevista à mesma matéria do jornal Brasil de Fato, Kelli Mafort, da coordenação nacional do MST, coloca a importância da aliança entre movimentos socioterritoriais do campo e da cidade na luta pelas necessidades da classe trabalhadora. Para a coordenadora,

é preciso acabar com o latifúndio no campo e na cidade, por isso temos que lutar por uma reforma agrária e urbana. Essa luta é um exemplo de que as transformações estruturais que tanto precisamos na nossa sociedade só vão acontecer com a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade (MST e MTST ocupam a sede da Odebrecht por reforma agrária e urbana em SP. Brasil de Fato, São Paulo, 08 maio 2014).

Guilherme Boulos, líder do MTST, em mesma entrevista, também enfatiza a importância da aliança entre os dois movimentos ao colocar que: “denunciamos o capital imobiliário e sua consequência à classe trabalhadora. Essa aliança com os Sem Terra é decisiva para o enfrentamento dessas grandes corporações”. Tal atuação conjunta entre movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, demonstram uma unicidade de interesses de causas sociais e estruturas organizativas de intervenção na sociedade, que buscam a legitimação da função social da propriedade rural e urbana. Hoje, os movimentos sociais não se dão isoladamente; ao contrário, surgem no conjunto das lutas salariais, sindicais, etc. Conforme Scherer-Warren:

Os conflitos sociais inter-organizações da sociedade civil e geradores de importantes movimentos sociais no Brasil contemporâneo, referem-se a lutas entre grupos que defendem o domínio controle e manutenção de amplos espaços privatizados (como a dos ruralistas/UDR, dos latifúndios, do agronegócio, do setor imobiliário, das grandes corporações, etc.) versus grupos que buscam a conquista, legalização e preservação de espaços com função social de atendimento à população historicamente em situação de exclusão social (como a dos sem-terra, dos quilombolas, dos indígenas, das populações tradicionais, das mulheres camponesas, dos atingidos por barragens, dos favelados, das novas periferias urbanas e outros) (SCHERER-WARREN, 2009, p.02).

Tilly, McAdam e Tarrow (2001), buscaram analisar os movimentos sociais no sentido de formular uma estrutura conceitual para esse campo teórico. Nesse sentido, dialogando com nossa perspectiva de análise da atuação conjunta dos movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, os autores traçam uma estrutura teórica para o domínio daquilo que chamam de “políticas de contestação” (*contentious politics*). Conforme esta concepção, as políticas de contestação são definidas como uma interação episódica e

coletiva entre entidades reivindicativas e os respectivos oponentes sempre que a) pelo menos o governo de um Estado é parte reivindicativa ou objeto da reivindicação faz parte da própria reivindicação, e b) sempre que as reivindicações, se satisfeitas, afetem os interesses de pelo menos uma das entidades reivindicativas (MCADAM, TARROW E TILLY, 2001; 2009).

A luta dos sem teto no atual contexto da questão urbana brasileira e a conquista do território

As relações de interesses político-ideológicos entre MST e MTST, começam a se desenhar no ano de 1997, quando, por iniciativa do MST, nasce o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Segundo Gilmar Mauro, então membro da direção nacional do MST, sua criação partiu da constatação de que 85% da população brasileira, na época, residiam em zona urbana e constituiu uma tentativa de articular as lutas pela terra e as lutas das populações urbanas.

O Brasil está entre os países com maior déficit habitacional do mundo, ao lado de outros como Índia e África do Sul. O mais recente estudo feito pela Fundação João Pinheiro (publicado em novembro de 2013), que é utilizado oficialmente pelo Governo, mostra que o déficit habitacional quantitativo no Brasil é de 6.940.691 famílias, o que representa cerca de 22 milhões de pessoas que não possuem habitação própria. Os sem teto são, portanto, mais de 10% da população do país. É importante, neste momento, fazer a ressalva de que os sem teto não são somente aqueles que moram na rua, em situação de extrema miséria e mendicância. Esse grupo é aquele que chegou ao limite da degradação causada pela falta de moradia, pelo desemprego e outros desdobramentos do sistema capitalista. A maioria dos sem teto, no entanto, não está em situação de rua e trabalha, ainda que muitas vezes na informalidade e sem direitos assegurados (MIAGUSKO, 2012).

O problema da moradia no Brasil se completa com o déficit habitacional qualitativo, que se refere a inadequação das condições básicas para uma vida digna. Segundo o mesmo estudo da Fundação João Pinheiro, são 15.597.624 famílias nesta situação, isto é, cerca de 48 milhões de pessoas. Vemos que o cerne destes problemas é a falta de infraestrutura e serviços básicos para as condições de moradia: luz elétrica, água encanada, esgoto e coleta de lixo. Para compreender esse processo de falta de infraestrutura e segregação socioespacial do qual o é produto, é necessário analisar a ação do Estado no contexto urbano brasileiro, dos últimos anos, de forma a atingir-se a compreensão do papel do planejamento e de seu significado especial como resultado da intervenção direta ou indireta dos órgãos governamentais (SILVA, 1992). Com relação ao papel do Estado de planejar e viabilizar a elaboração de políticas públicas sociais, Silva diz que:

(...) compete ao Estado planejar, orientar e controlar o uso do solo urbano de acordo com os equipamentos que serão assentados. Sabe-se que ele (o Estado) não consegue atender o nível de demanda; no entanto, ao prover determinados espaços com certos equipamentos e/ou serviços, ele se exterioriza como um Estado classista. Ele se afirma cada vez mais como um Estado classista, um Estado burguês, na medida em que grande parte de seus investimentos são aplicados em obras no ambiente urbano que não apresentam respostas sociais desejáveis (SILVA, 1992, p78).

Vemos que para Silva a questão social não constitui o cerne da ação do Estado. Este, enquanto representante e aliado da classe dominante e defensor dos interesses desta classe, não vê o chamado “caos urbano”, assim como os conflitos no campo, como um problema sério. Ianni (1982) referindo-se a Marx na sua concepção de Estado e às correlações de forças mantidas entre o Estado e as classes sociais, afirma o seguinte:

Para Marx, pois, o Estado não é apenas e exclusivamente um órgão da classe dominante; responde também aos movimentos do conjunto da sociedade e das outras classes sociais, segundo, é obvio, as determinações das relações capitalistas. Conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das forças políticas da sociedade, o Estado pode adquirir contornos mais ou menos nítidos, revelar-se mais ou menos diretamente vinculados aos interesses exclusivos da burguesia. Inclusive há ocasiões em que pode ser totalmente capturado por uma facção da burguesia, da mesma maneira que, em outras ocasiões, pode ser politicamente (não economicamente) capturado por setores da classe média ou por militares. (IANNI, 1982, p39)

Neste sentido, a ação do Estado na chamada crise habitacional, “restringe-se às consequências e não às causas” (RODRIGUES, 1988, p62). Ao atuar na crise habitacional, o Estado age em busca de uma solução instantânea, sem levar em consideração certos critérios de interesse social, como a questão do “lugar”. Por consequência, aumentam as favelas, os cortiços, as ocupações e as autoconstruções na periferia. É nesse contexto que as lutas dos sem teto ganha visibilidade política, no momento em que organizam-se para obter luz, água, esgoto, melhorias nos transportes, posse da terra (favelas e ocupações), regularização dos loteamentos ditos clandestinos etc. Estes movimentos lutam pelo direito à moradia, à cidade.

Na atual conjuntura de acesso à moradia, o MTST surge como principal sujeito desta luta. Sua principal ocupação ocorreu na cidade de Campinas, no mesmo ano de criação do movimento, em que 5.000 famílias ocuparam um terreno abandonado a fim de reivindicar a sua função social que é a destinação para habitação popular. A ocupação foi batizada pelo movimento de Eldorado dos Carajás. Dez anos depois, como resultado da conquista do movimento, a ocupação tornou-se o “Parque Oziel”, que, com mais de 30.000 moradores, representa uma das maiores ocupações urbanas da América Latina, fruto da

ação de um movimento socioterritorial (SOUZA, 2009). O MTST realiza ocupações, sobretudo, na região metropolitana de São Paulo desde então. Segundo Miagusko (2012), sobre as ocupações protagonizadas por movimentos de moradia e sem teto, na cidade de São Paulo, entre os anos de 1997 e 2007, foram registradas 112 ocupações de edifícios vazios, imóveis abandonados, ruínas de equipamentos públicos e terrenos, tanto de propriedade privada como pública. Após as manifestações de julho de 2013 mais de 100 ocupações foram realizadas por movimentos socioterritoriais sem teto. Destas ocupações, 12 estão sob a coordenação do MTST, com mais de 15 mil famílias organizadas (MTST, 2015).

As semelhanças nas atuações destes dois movimentos não estão somente na esfera político-combativa, mas também na sua forma estrutural, organizacional e de mobilização de pessoas. Esses movimentos de reação à lógica dominante, excludente e subalterna, são agentes reativos ao modelo capitalista de produção e podem ser também entendidos a partir da noção de multiterritorialidade de Haesbaert (2006), em que diferentes lógicas de controle territorial e de relações de poder presentes no espaço coexistem, mesmo que de forma conflitiva. A participação de trabalhadores nestes movimentos socioterritoriais e nas ações de lutas, faz com que, gradativamente transformem-se em sujeitos políticos, “participantes do agenciamento de uma nova territorialidade, ou de um território-rede fluido que conecta os membros do movimento em sua área, acampamento ou assentamento, com os de sua região e estes com a organização a nível nacional” (SCHERER-WARREN, 2009, p05).

No caso dos movimentos socioterritoriais do campo, como o MST, as ocupações de terras e a organização de acampamentos são momentos de (re)territorialização de profundo significado político e simbólico. A trajetória do MTST de resistência às condições de moradia e a luta para a produção de novos espaços tem pontos em comum ao MST no desenvolvimento organizacional do movimento, com algumas ressalvas a serem destacadas: no MTST a questão fundamental é a moradia e não o trabalho, como no MST. No entanto, a moradia fixa permite a possibilidade de luta por outros direitos da cidadania (emprego, saúde, educação, alimentação, lazer e cultura). Dessa forma, ao entrarem em conflito com o “latifúndio urbano ocioso”, ou os prédios abandonados e sujeitos à exploração imobiliária, constroem um processo de (re)territorialização da população urbana marginalizada.

A vinculação do MTST ao MST aos poucos permitiu um intercâmbio de experiências e estruturação da luta. As experiências de ocupações de terras ou em prédios públicos e privados vão criando elos entre si. Fernandes traz elementos para se pensar a força dessas organizações em redes na construção de novas territorialidades:

É precisamente “esta estruturação (que) permite o rompimento do isolamento geográfico, social e cultural, bem como a troca de experiências das fases das lutas, organizações dos trabalhadores, ocupação de terras, negociação com as forças políticas envolvidas etc”. Ela permite ao MST não somente “o domínio sobre o seu próprio espaço”, mas também “a ampliação de sua organização e a espacialização/territorialização de suas lutas” (FERNANDES, 1992, p35).

É através da consciência crítica sobre os processos hegemônicos de apropriação do espaço e sobre a conseqüente reprodução das desigualdades sociais que os movimentos aqui analisados vêm desenvolvendo suas redes de resistência, buscando construir novos espaços. Essas redes, em um sentido mais amplo, referem-se a uma comunidade na qual atores ou agentes sociais são considerados como os nós da rede, ligados entre si pelos laços que se estruturam em torno de afinidades e identificações políticas ou objetivos em comum em torno de uma causa.

Considerações finais

Com base nos aparatos conceituais aqui apresentados, buscamos construir uma reflexão sobre a relação cidade-campo presente nas ações dos dois movimentos mais emblemáticos na atualidade dos processos de luta pela terra e moradia no Brasil: o MST e o MTST. Dentro de nossas reflexões aqui iniciadas e visando compreender as diferentes ações e agentes da produção do território no campo e na cidade pelos movimentos socioterritoriais, algumas hipóteses e questões são centrais, sendo elas: O refluxo da reforma agrária nos últimos 5 anos, com a diminuição das ocupações no campo possui relação direta com o aumento das ocupações e manifestações na cidade. A experiência de luta dos movimentos socioterritoriais rurais tem sido utilizada pelos movimentos socioterritoriais urbanos. Esta conjuntura destaca que o problema fundiário no campo e na cidade persistem e as políticas públicas não tem conseguido solucioná-los.

Neste sentido, a construção dessa análise tem sua importância descrita na carência de estudos acadêmicos que entendam a relação campo-cidade sob uma perspectiva das ações dos movimentos socioterritoriais, compreendendo que as lutas do campo não se dão de maneira dissociada das lutas na cidade. Os terrenos e imóveis vazios na cidade e a terra improdutiva no campo, possuem em comum o fato de que ambos funcionam como reserva de valor (CARLOS, 2003), possibilidade de realização da renda da terra (no campo) e da especulação imobiliária (na cidade). Tal cenário, evidencia que tanto no campo quanto na cidade o processo de reprodução se realiza pelo conflito entre valor de uso/valor de troca. Ambas as lutas colocam em cheque o direito da propriedade privada e as formas de apropriação do espaço e território enquanto condição de realização da vida, seja para a produção de alimentos, seja enquanto moradia.

Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 5ª edição. São Paulo: Boitempo, 2000
- BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de Classe da Mudança Agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2010
- CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil menos urbano do que se calcula? **GEOUSP**, número 13, DGFFLCH-USP, 2003.
- Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA: Banco de Dados. Disponível em: . Acesso em: 19 de out. 2014.
- FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde**. 1ª edição São Paulo: Contexto, 2006. 205p.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**, v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- FERNANDES, B. M. O todo é a parte e a parte é o todo, a interação Espaço-sujeito. **Revista Geográfica**, São Paulo, n. 151, 1992, p31-39.
- GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade**: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02012008-112829/>>. Acesso em: 2015-03-21.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização** – Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 2ª. Ed.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004
- IANNI, O. **Capitalismo, Violência e Terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a Política no Brasil** 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997.
- MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **The Dybanics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 49-66, Jun 1989.

MIAGUSKO, E. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2012.

MST e MTST ocupam a sede da Odebrecht por reforma agrária e urbana em SP. **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 maio 2014. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/28426>. Acesso em: 01 de março de 2015.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pres. Prudente, 2009

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo. Edusp. 2008

SAUER, S. **Terra e modernidade**: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra. Brasília, Universidade de Brasília, 2002.

SCHERER-WARREN, I. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA, vol. 15, n.1, 2007d, pp 5 – 22.

SILVA, J. B. **Os incomodados não se mudam**. 1992.

SOUZA, J. F. V. **Parque Oziel**, 10 anos de luta: uma análise dos conflitos de desigualdade social e meio ambiente. 2009.

SOBREIRO FILHO, J. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento**: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. Dissertação: Programa de Pós-graduação em Geografia, FCT-UNESP. Presidente Prudente. 2013.

TARROW, S. **O poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). **Pegada**, Presidente Prudente, v. 8, n.2, p. 05-25, dez. 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e terra, 2011.

TILLY, C. & WOOD, L. J. **Los movimientos sociales**, 1768-2008. Barcelona: Crítica, 2010.

TOURAINE, A. **O retorno do actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

VILLAÇA, F. **O Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2000.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.